

Acordo garante repasse de R\$ 7,5 milhões nos próximos seis meses.
Em contrapartida, hospital terá de triplicar número de atendimentos

Injeção de recursos

ELISA TECLES

DA EQUIPE DO CORREIO

A recuperação do Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF) ganhou fôlego na manhã de ontem. O Ministério da Saúde, o GDF, a Fundação Zerbini e o Ministério Público do DF (MPDFT) firmaram acordo para garantir o repasse de verbas e a sobrevivência do hospital nos próximos seis meses. Até o fim do ano, o instituto receberá R\$ 7,5 milhões, dos quais R\$ 2,7 milhões do governo federal e R\$ 4,8 milhões da Secretaria de Saúde. Em contrapartida, terá de realizar 1,5 mil atendimentos mensais, entre consultas, cirurgias e exames.

O cumprimento da meta deve desafogar as filas de espera por tratamento cardíaco, principalmente dos pacientes do Hospital de Base e do Hospital Regional de Taguatinga. De acordo com o secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, as 39 pessoas que atualmente esperam por uma cirurgia de coração devem ser atendidas em menos de dois meses — a estimativa é que 33 procedimentos sejam feitos a cada mês. "O Incor-DF está preparado para receber os pacientes imediatamente. Ainda temos 300 pessoas passando por exames, e um percentual delas também pode precisar de cirurgia", afirmou Maciel.

Segundo o secretário, o número de atendimentos será triplicado para alcançar a meta estabelecida, possibilitando a realização mensal de 100 cateterismos, 150 testes ergométricos, 400 tomogra-

Daniel Ferreira/CB



AUTORIDADES COMEMORAM ASSINATURA DO ACORDO PARA SALVAR O INCOR-DF: ATENDIMENTO GARANTIDO

fias, 10 inserções de marcapasso, 237 consultas e 200 ressonâncias magnéticas. Além disso, 20 leitos da Unidade de Terapia Intensiva serão disponibilizados aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Para se adaptar aos novos números, o Incor deve contratar médicos, enfermeiros, e equipe administrativa nas próximas semanas. O quadro de funcionários foi reduzido em março, quando 20% deles foram afastados.

Nos próximos seis meses, uma comissão formada por representantes do governo, MPDFT e Fundação Zerbini, atual administra-

dora do Incor, definirá o futuro método de gestão do hospital. Entre as possibilidades, está o modelo de fundações estatais, previsto em um projeto de lei complementar que ainda passará por votação no Congresso Nacional. "Acho que a criação de uma fundação com flexibilidade administrativa e objetivos específicos pode resolver nossas dificuldades na saúde", disse Arruda.

O acordo prevê que a Fundação Zerbini deixe o Incor em dezembro e ele passe a ser gerenciado por um novo grupo, a ser definido. O prazo pode ser prorrogado se a lei complementar não for aprovada ou o governo não chegar a uma conclusão sobre a técnica de gestão ideal. Se não houver consenso, existe uma última opção para o Instituto. A Fundação da Universidade Católica de Brasília demonstrou interesse em administrar o Incor, e, na opinião do promotor Diaulas Ribeiro, não deve ser descartada como possibilidade. "Seria bom para a universidade e para Brasília, porque teríamos alunos de cursos de saúde aprendendo lá. Mas ela é uma mera candidata, não estamos em discussão", comentou.

Novo modelo de fundação

Se aprovada no Congresso, a lei complementar permitirá que fundações públicas de direito privado gerenciem o Incor e outros serviços de saúde. A fundação contaria com verbas públicas para administrar a instituição, mas não precisaria lidar com toda a burocracia para compra de materiais e contratação de pessoal. Os funcionários não teriam estabilidade, podendo ser demitidos a qualquer momento, como se trabalhassem para uma empresa privada. "O modelo funciona dentro do Estado, o que garante o atendimento aos princípios básicos do SUS: universalidade, gratuidade e controle social", confirmou o ministro Temporão.

Os empregados teriam os contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e se comprometeriam a oferecer dedicação exclusiva ao hospital, em troca de melhores salários e planos de carreira adequados. O resultado seriam equipes mais eficientes, aumento na produtividade e agilidade. "Isso cria um mecanismo simplificado de gerência e aumenta a cobrança por empenho das pessoas", explicou o promotor de Justiça da Promotoria de Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde (Pró-vida) do MPDFT, Diaulas Ribeiro.

O governador José Roberto Arruda defendeu o modelo e reafirmou a intenção de aplicá-lo no Hospital Regional de Santa Maria, que deve ser inaugurado em 2008. "Esse pode ser um novo caminho para a saúde pública no Brasil, queremos testá-lo no DF", disse Arruda.